



b) IPSS

**ASSOCIAÇÃO BENEFICÊNCIA
“AMIGOS DE TERRUGEM”**

Anexo 2017

27 de Março de 2018

Índice	Pag.
1 Identificação da Entidade.....	4
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3 Principais Políticas Contabilísticas.....	5
3.1 Bases de Apresentação	5
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	12
5 Activos Fixos Tangíveis.....	12
6 Activos Intangíveis.....	13
7 Investimentos em Curso e Bens em Regime de Locação Financeira	14
8 Custos de Empréstimos Obtidos	14
9 Inventários	15
10 Rédito	15
11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes.....	16
12 Subsídios do Governo e apoios do Governo	16
13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio.....	16
14 Imposto sobre o Rendimento	16
15 Benefícios dos empregados	16
16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	17
17 Outras Informações.....	17
17.1 Investimentos Financeiros	17
17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	18
17.3 Clientes e Utentes	18
17.4 Outras contas a receber	20
17.5 Diferimentos	20
17.6 Outros Activos Financeiros.....	20
17.7 Caixa e Depósitos Bancários	20
17.8 Fundos Patrimoniais.....	21
17.9 Fornecedores	22
17.10 Estado e Outros Entes Públicos.....	22
17.11 Outras Contas a Pagar.....	22
17.12 Outros Passivos Financeiros.....	23
17.13 Subsídios, doações e legados à exploração	23
17.14 Fornecimentos e serviços externos.....	24
	2

17.15 Outros rendimentos e ganhos	24
17.16 Outros gastos e perdas	25
17.17 Resultados Financeiros.....	25
17.18 Análise Económica e Financeira	26
17.19 Acontecimentos após data de Balanço.....	28

1 Identificação da Entidade

1.1 – Designação da Entidade:

A.B.A.T. - Associação Beneficência “Amigos de Terrugem”

Bairro Stº António - Rua das Laranjeiras

7350-491 Terrugem

NIF: 500943826

1.2 – Natureza da Actividade:

A “ASSOCIAÇÃO BENEFICÊNCIA "AMIGOS DE TERRUGEM"” é uma Instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social” com Estatutos publicados no Diário da República n.º 185, Série III, em 12-08-1982, alterado ao abrigo do Dec-Lei nº 172-A/2014 de 14 de novembro, com sede em Bairro St. António, Rua das Laranjeiras. Tem como actividade principal o alojamento de idosos e outras prestações sociais a idosos e crianças sem alojamento, para que possa prosseguir os seus objectivos:

- Contribuir e dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos;
- Promoção de assistência social, moral e económica a pessoas necessitadas;
- Assistência a crianças e pessoas da terceira idade.

Secundariamente a A.B.A.T. desenvolve os seguintes objectivos:

- Promoção da cultura física e desportos;
- Promoção da cultura intelectual e inerentes de atividades culturais e recreativas.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovada pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº 98/2015 de 2 de Junho. O Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Base para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho;

- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI) – Aviso nº 8258/2015, de 29 de Julho.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente

identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa é divulgada nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os “Activos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas, à excepção do edifício sede e respectivo terreno que, por decisão da Administração foram sujeitos a reavaliação em 2016.

O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos

respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, de acordo com o seu valor patrimonial tributário (VPT).

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com a manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	10
Edifícios e outras construções	6
Equipamento básico	4 a 20
Equipamento de transporte	4 a 7
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	1 a 10
Outros Activos fixos tangíveis	

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados ao justo valor.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como activos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a

capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

3.2.3 Activos Intangíveis

Os “Activos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

O valor residual de um “Activo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o activo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado activo para este activo, e:
 - O valor residual possa ser determinado com referência a esse mercado; e
 - Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.4 Investimentos em Curso

Os Activos Fixos Tangíveis em Curso correspondem a uma UPAC – Unidade de Produção de Auto Consumo de Energia Eléctrica, cujo início de instalação ocorreu em Dezembro de 2017, perspectivando-se a sua conclusão em Fevereiro de 2018.

3.2.5 Inventários

Os “Inventários” são mensurados pelo custo histórico ou pelo valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

O custo dos Inventários inclui todos os custos de compra, custo de conservação e outros custos incorridos para colocar os Inventários no seu local e condição actual. Outros custos somente são incluídos nos custos dos Inventários até ao ponto em que sejam incorridos para os colocar no seu local e condição actuais.

A Entidade adoptou como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Associados

O montante de 7.119,52 € registado na conta “278146” corresponde a quotas cobradas pelo cobrador mas não entregues na Instituição. O referido montante decompõe-se da seguinte forma:

ANO	2010	2011	Juros
Valor	3.277,77	3.382,40	459,35
SUB-TOTAL	3.277,77	3.382,40	459,35
TOTAL	7.119,52		

A conta “2641” reflecte o saldo das quotas dos associados por cobrar à data de 31 de Dezembro de 2017, no montante de 933,00 €.

Utentes e outras contas a Receber

Os “Utentes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido:

Designação	Saldo	OBS.
Utentes	8.399,40	
Autoridade Tributária	1.108,05	Consignação IRS 2016
TOTAL	9.507,45	

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista nos § 17.13 e 17.14 da NCRF-ESNL.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” incluem caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal:

Designação	Saldo	OBS.
Fornecedores	22.887,45	
Estado e Outros Entes Públicos	11.098,32	
T.S.U.	8.724,26	
I.R.S.	1.977,19	
F.C.T./F.G.C.T. (Fundos Compensação Trabalho)	39,26	
Penhora de Vencimentos	357,61	
Credores por Acréscimos Gastos	30.671,58	
Remunerações a Pagar e respectivos encargos	27.347,98	
E.D.P., Comercial, S.A.	2.902,60	
Aquaervas, S.A.	421,00	
TOTAL	64.657,35	

3.2.7 Diferimentos

O Saldo desta rubrica, no montante 2.882,35 €, corresponde à estimativa dos gastos com seguros de viaturas (1.136,40 €), outros seguros e contrato de assistência informática (1.745,95 €), que irão ser reconhecidos em 2018, pelo custo histórico.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

DESIGNAÇÃO	VALOR	Obs.
Fundos	224.459,05	Edifício Sede e Praça Touros
Resultados Transitados de Anos anteriores	14.476,74	
Resultados Transitados-Transferência POC/SNC	0,00	
Resultados Transitados - Excedentes de Revalorização	720.259,19	Praça de Touros
Resultados Transitados-Correcções relativas Exerc. anteriores	-3.473,94	
Redução do Excedente de Revalorização (Edif. Sede)	321.351,86	
Redução do Excedente de Revalorização (Terreno)	90.000,00	
Total de Resultados Transitados	1.142.613,85	
Reavaliação do Edifício Sede	713.335,48	
Reavaliação do Edifício Sede (Impostos Diferidos)	-149.564,29	
Total de Revalorização de Ativos Fixos Tangíveis	563.771,19	
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	74.011,51	Subsídios ao Investimento
Resultado Líquido do Período	-149.965,25	
Total dos Fundos Patrimoniais	1.854.890,35	

3.2.9 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimos Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. À data de 31-12-2017, a Instituição apresenta o montante global em dívida de 155.841,66 €, referente aos seguintes empréstimos, contraídos no Novo Banco:

- Construção do 1º piso, ERPI (Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas) cujo montante em dívida é de 115.177,05 €;
- Aquisição de uma UPAC (Unidade de Produção e Auto Consumo de Energia Eléctrica) cujo montante em dívida é de 40.664,61 €.

Os “Encargos Financeiros” com estas operações ascenderam ao montante de 3.217,94 € e foram reconhecidos como gastos do período constando na Demonstração de Resultados na rubrica “Juros e Gastos Similares Suportados”.

3.2.10 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto:

- a) As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

Deste modo, nos termos da alínea b) do preceito legal acima referido, a Instituição não terá de reconhecer qualquer imposto sobre o rendimento a pagar, pese embora o facto de ao longo deste exercício ter obtido rendimentos provenientes do aluguer da Praça de Touros.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Activos Fixos Tangíveis

Activos Fixos Tangíveis e Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural

Por decisão da Administração procedeu-se á reavaliação do edifício sede da Instituição no ano de 2016. Deste modo, nos termos da NCRF 7 (Ativos Fixos Tangíveis) por remissão do § 7.11 da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo e com base no Relatório de Avaliação, produzido pela empresa Rodrigues Sequeira, Engenharia, Lda. em 19 de março de 2016, a reavaliação foi reconhecida da seguinte forma:

PROCEDIMENTO DE REAVALIAÇÃO (DEPRECIACÕES ATÉ MARÇO DE 2016-DATA DA REAVALIAÇÃO)						
DESIGNAÇÃO CONFORME INVENTÁRIO DE INVESTIMENTOS	VALORES AQUISIÇÃO	DEPRECIACÕES ACUMULADAS	VALOR CONTABILÍSTICO	VALOR DA AVALIAÇÃO	EXCEDENTE DE REVALORIZAÇÃO	IMPOSTO DIFERIDO
Terreno	- €	- €	- €	90.000,00 €	90.000,00 €	- €
Edifício Sede	725.410,84 €	245.819,75 €	479.591,09 €	1.600.000,00 €	1.120.408,91 €	235.285,87 €
TOTAIS	725.410,84 €	245.819,75 €	479.591,09 €	1.690.000,00 €	1.210.408,91 €	235.285,87 €

Assim, no período de 2017 ocorreram os seguintes movimentos nos “Activos Fixos Tangíveis e Bens do Património, Histórico, Artístico e Cultural”:

Descrição	Situação Inicial			Situação Final		
	Quantia Bruta	Depreciações e imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações e imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Bens Património Art. Cultural	872.342,00	0,00	872.342,00	872.342,00	0,00	872.342,00
Terrenos e Recursos Naturais	91995,19	1995,19	90.000,00	91995,19	1995,19	90.000,00
Edifícios Outras Construções	1600.000,00	259.241,55	1340.758,45	1600.000,00	525.961,56	1074.038,44
Equipamento Básico	267.666,88	211.962,59	55.704,30	268.705,53	225.517,72	43.187,82
Equipamento de Transporte	131037,42	113.669,98	17.367,43	131037,42	120.856,51	10.180,90
Equipamento Administrativo	15.099,51	13.737,41	1362,10	15.099,51	13.897,65	1201,86
TOTAL	2.978.141,00	600.606,72	2.377.534,28	2.979.179,65	888.228,63	2.090.951,02

Descrição	Quantia escriturada inicial	Adições	Revalorizações	Alienações	Correcção de Depreciações (Exercícios Anteriores)	Depreciações	Perdas por Imparidade	Reversões	Quantia escriturada Final
Bens Património Art. Cultural	872.342,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	872.342,00
Terrenos e Recursos Naturais	90.000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	90.000,00
Edifícios e Outras Construções	1340.758,45	0,00	0,00	0,00		266.720,01	0,00	0,00	1074.038,44
Equipamento Básico	55.704,30	1038,65	0,00	0,00		13.555,13	0,00	0,00	43.187,82
Equipamento de Transporte	17.367,43	0,00	0,00	0,00		7.186,53	0,00	0,00	10.180,90
Equipamento Administrativo	1362,10	0,00	0,00	0,00		150,24	0,00	0,00	1201,86
TOTAL	2.377.534,28	1.038,65	0,00	0,00	0,00	287.621,91	0,00	0,00	2.090.951,02

As variações ocorridas ao nível desta classe foram as seguintes:

- Equipamento básico: Aquisição de Ar condicionado e Máquina Lavar Roupa.

6 Activos Intangíveis

Activos Intangíveis

Não se verificou qualquer movimento nesta classe:

Descrição	Situação Inicial			Situação Final		
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia escriturada
Programas de Computador	315,14	315,14	0,00	315,14	315,14	0,00
TOTAL	315,14	315,14	0,00	315,14	315,14	0,00

7 Investimentos em Curso e Bens em Regime de Locação Financeira

Até final do corrente exercício a Entidade encontra-se a instalar uma UPAC-Unidade de Produção e Autoconsumo de Energia Eléctrica, tendo realizado um investimento no valor de 13.349,45 €. Prevê-se que este projecto se conclua no 1º trimestre de 2018, sendo imediatamente transferido para a rubrica de Activos Fixos Tangíveis.

A Entidade não possui quaisquer bens em regime de Locação Financeira.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos, o seu detalhe encontra-se descrito no ponto 17.17 deste Anexo. No entanto, os custos relacionados com o empréstimo para a instalação da UPAC-Unidade de Produção e Autoconsumo de Energia Eléctrica, encontram-se reconhecidos nos termos dos §10.2 e 10.4 da NCRF-ESNL, isto é, a entidade capitalizou os custos do empréstimo obtido, directamente atribuíveis à instalação deste activo durante o período de tempo que o mesmo demorará a ficar pronto para o seu uso, uma vez que é provável que dele resultem benefícios para a entidade, nomeadamente a poupança de energia eléctrica.

O quadro abaixo reflecte o custo amortizado dos Financiamentos obtidos:

- 1º: á data de 31/12/2017, cujo montante inicial era de 300.000,00 €, contraído em Novembro de 2007, com uma Taxa de juro corresponde à Euribor a 1 mês acrescida de 2 ponto percentuais traduzindo-se em uma Taxa Anual Efectiva de 5,219%. A maturidade deste financiamento é de 180 meses;
- 2º: á data de 31/12/2017, cujo montante inicial era de 42.000,00 €, contraído em Setembro de 2017 com uma taxa de juro correspondente à Euribor a 12 meses acrescida de um Spread de 3,25 %. A maturidade deste financiamento é de 84 meses.

Descrição	2017		
	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	155.841,66	155.841,66
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	155.841,66	155.841,66

9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores, mensurados ao custo histórico:

	2016				2017		
Descrição	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	8.494,69	184.103,47	1.060,95	9.816,31	179.264,94	1.016,17	7.847,26
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00	5.180,00	0,00	5.180,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	8.494,69	184.103,47	1.060,95	9.816,31	184.444,94	1.016,17	13.027,26
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				181.720,90			180.217,82
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

As reclassificações e regularizações, no montante de 1.016,17 €, ocorridas durante o exercício dizem respeito a:

- Devoluções de compras (517,39 €);
- Descontos e abatimentos em compras (498,78 €);

O seu Custo inclui todos os Custos de Compra e outros para os colocar no seu local e condições actuais.

10 Rédito

Para os períodos de 2016 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2016	2017
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas dos utilizadores	372.035,54	398.214,24
Quotizações e jóias	10.471,00	10.119,00
Promoção para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	152,55	139,60
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	382.659,09	408.472,84

11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Provisões

No período de 2017, não ocorreram quaisquer movimentos relacionados com este item.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2016 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2016	2017
Subsídios PIDDAC	22.408,39	13.787,40
Subsídios FEDER	33.612,54	20.681,06
Subsídios C.M. Elvas	54.003,78	34.160,00
Subsídios PRODER	7.306,22	5.383,05
Total	117.330,93	74.011,51

Relativamente ao Subsidio atribuído pela Câmara Municipal de Elvas, procedeu-se, nos termos do § 6.10 da NCRF-ESNL, à correcção de 576,22 € por erro de imputação no exercício de 2016.

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

No ano de 2017 não ocorreram quaisquer movimentos relacionados com este item.

14 Imposto sobre o Rendimento

Apesar da Instituição se encontrar isenta nos termos do artº 10º do Código do IRC, deve ser respeitado o princípio da separação entre as normas contabilísticas e as normas fiscais. Neste sentido, o imposto diferido foi calculado nos termos da NCRF 25 (impostos sobre o rendimento) por remissão do § 7.11 da NCRF-ESNL, à taxa de 21% (nº 5 do artº 87 do CIRC), ainda que a condição de isenção implique o não reconhecimento fiscal deste imposto.

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos directivos, no período de 2017 foram respectivamente:

Mesa da Assembleia Geral: 3

Direcção Administrativa: 5

Conselho Fiscal: 3

Os órgãos directivos não usufruem de quaisquer remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade durante o exercício de 2017 foi de 39.

Os gastos em que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	346.954,87	349.782,69
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	75.802,81	78.273,96
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	3.163,28	3.534,97
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	3.077,27	3.179,27
Total	428.998,23	434.770,89

O aumento verificado com os gastos com pessoal deveu-se fundamentalmente ao aumento salarial que se reflectiu também nos encargos com as remunerações.

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

No ano de 2017 a rubrica de Investimentos Financeiros apresenta o valor de 737,84 €, mensurado ao custo histórico de acordo com o seguinte quadro:

Designação	2016	2017
Fundo Compensação do Trabalho	183,13	414,45
Fundo Reestruturação do Sector Solidário	323,39	323,39
TOTAL	506,52	737,84

17.2 Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros

À data de 31 de dezembro de 2017 encontra-se reconhecida a quantia de 933,00 € (conta 2641) referentes a quotas de associados não cobradas.

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2016 e 2017 a rubrica “Clientes e Utentes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2016	2017
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	7.783,42	8.399,40
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes		
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes	1.240,00	1.240,00
Total	9.023,42	9.639,40

A rubrica Clientes e Utentes de cobrança duvidosa encontra-se discriminada conforme o quadro abaixo:

CÓDIGO/VALÊNCIA: JARDIM INFÂNCIA	UTENTE	VALOR
1 - 13197	XXXXX XXXXX XXXXXX XXXXXX	1.240,00
	Subtotal.....	1.240,00
	TOTAL.....	1.240,00

A rubrica Clientes e Utentes conta corrente encontra-se discriminada conforme o quadro abaixo:

CÓDIGO/VALÊNCIA: CRECHE	UTENTE	VALOR
1 - 12137	X X X X X X	120,00
2 - 12135	X X X X X X	81,32
3 - 12132	X X X X X X	120,00
1 - 12125	X X X X X X	161,40
1 - 12134	X X X X X X	120,00
Subtotal.....		602,72
CÓDIGO/VALÊNCIA: JARDIM INFÂNCIA	UTENTE	VALOR
1 - 13225	X X X X X X	126,00
Subtotal.....		126,00
CÓDIGO/VALÊNCIA: C.A.T.L.	UTENTE	VALOR
1 - 14145	X X X X X X	180,00
Subtotal.....		180,00
CÓDIGO/VALÊNCIA: E.R.P.I.	UTENTE	VALOR
2 - 41075	X X X X X X	84,00
2 - 41089	X X X X X X	511,94
2 - 41108	X X X X X X	367,07
2 - 41110	X X X X X X	388,43
2 - 41121	X X X X X X	435,81
2 - 41124	X X X X X X	536,20
Subtotal.....		2.323,45
CÓDIGO/VALÊNCIA: CENTRO DE DIA	UTENTE	VALOR
2 - 42343	X X X X X X	370,38
2 - 42344	X X X X X X	196,20
2 - 42353	X X X X X X	300,96
2 - 42347	X X X X X X	282,19
2 - 42357	X X X X X X	778,29
Subtotal.....		1.928,02
CÓDIGO/VALÊNCIA: AD	UTENTE	VALOR
2 - 43188	X X X X X X	196,31
2 - 43183	X X X X X X	196,31
2 - 43210	X X X X X X	465,24
2 - 43156	X X X X X X	203,85
2 - 43189	X X X X X X	178,46
2 - 43197	X X X X X X	282,19
2 - 43176	X X X X X X	527,00
2 - 43209	X X X X X X	421,39
2 - 43201	X X X X X X	345,74
2 - 43159	X X X X X X	422,73
Subtotal.....		3.239,21
TOTAL.....		8.399,40

17.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras Contas a Receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2017
Devedores por acréscimos de rendimentos	1.250,00	1.108,05
Autoridade Tributária (Consignação IRS)	1.250,00	1.108,05
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	7.779,92	7.119,52
Cobrador (Capital e Juros)	7.779,92	7.119,52
Total	9.029,92	8.227,57

17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017, esta rubrica encontra-se detalhada da seguinte forma:

Descrição	2016		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Gastos a Reconhecer		3.265,47		2.882,35
Seguro de Viaturas		634,73		1.136,40
Outros		2.630,74		1.745,95
Total	0,00	3.265,47		2.882,35

O seguro de viaturas corresponde ao Gasto a Reconhecer até 19 de Novembro de 2018, data em que termina a semestralidade da Apólice. A rubrica “Outros” diz respeito a:

- Contrato de Assistência Técnica de Software da F3M com a empresa Megalentejo, Lda.;
- Seguros Multirriscos e Acidentes Pessoais.

17.6 Outros Activos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2017, não apresenta qualquer valor.

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2016 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2016	2017
Caixa	11.873,98	13.783,84
Depósitos à ordem	20.174,84	66.714,94
Depósitos a prazo (Novo Banco)	0,00	0,00
Outros		
Total	32.048,82	80.498,78

A diferença de 48.449,96 € deve-se fundamentalmente à contracção do financiamento, no montante de 42.000,00 € junto do Novo Banco, em Julho de 2017.

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	224.459,05	0,00	0,00	224.459,05
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	1.163.611,53	203.536,72	224.534,40	1.142.613,85
Excedentes de revalorização (Reav. Livre)	916.872,20	0,00	203.536,72	713.335,48
Excedente de Revalorização (Imp. Diferidos)	-192.425,08	0,00	+42.860,79	-149.564,29
Outras variações nos fundos patrimoniais	117.330,93	576,22	43.895,64	74.011,51
Total	2.229.848,63	204.112,94	429.105,97	2.004.855,60

O aumento verificado na rubrica de Resultados Transitados corresponde à redução do excedente de Revalorização do Edifício Sede no montante de 203.536,72 €.

A diminuição verificada na rubrica de Resultados Transitados corresponde aos seguintes factos ocorridos:

1. Transferência do Resultado Líquido Exercício de 2016 no montante de 181.097,39 €;
2. Correção relativa ao exercício de 2016 no montante de 576,22 €;
3. Redução da Rubrica “58921” - Impostos Diferidos, anteriormente reconhecidos por via da Revalorização do Edifício Sede e respectivo Terreno, no montante de 42.860,79 €.

A diminuição verificada em Excedente de Revalorização (Reavaliações livres) representa a redução do Excedente de Revalorização e corresponde às depreciações do exercício que não seriam aceites fiscalmente caso a Instituição não beneficiasse de Isenção de IRC.

A diminuição de Excedente de Revalorização (Impostos Diferidos), está relacionada com a transferência para a conta “5651” – Redução do Excedente de Revalorização, correspondente ao montante das depreciações do exercício que não seriam aceites fiscalmente com o efeito da taxa de IRC aplicável (21 %).

O aumento verificado na Rubrica “Outras Variações dos Fundos Patrimoniais”, no valor de 576,22 €, deveu-se ao erro de imputação ocorrido no exercício de 2016.

A diminuição corresponde à imputação em rendimentos da proporção das respectivas depreciações de equipamentos, anteriormente adquiridos.

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2017
Fornecedores c/c	25.789,25	22.887,45
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
Total	25.789,25	22.887,45

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2017
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	5.017,27	5.113,60
Rendimentos de Capitais	0,00	0,00
Total	5.017,27	5.113,60
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1.651,00	1.791,00
Rendimentos Trabalho Independente	196,77	186,19
Segurança Social	9.103,30	8.724,26
FCT e FGCT	28,48	39,26
Penhora de Vencimentos	0,00	357,61
Total	10.979,55	11.098,32

A rubrica IVA constante do **Activo** no montante de 5.113,60 € refere-se ao imposto suportado nas aquisições de géneros alimentícios cujo reembolso é solicitado até um ano após a data da factura da compra.

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por Acréscimo de Gastos		30.723,57		30.671,58
Pessoal		27.423,66		27.347,98
Remunerações a pagar		22.478,41		22.361,41
Encargos com remunerações		4.945,25		4.986,57
Outras operações		0,00		0,00
Outras Despesas Diferidas		3.299,91		3.323,60
E.D.P. Comercial, SA		2.854,73		2.902,60
Aquaervas, S.A.		445,18		421,00
Passivo por Impostos Diferidos		192.425,08		149.564,29
Reavaliação Edifício Sede		192.425,08		149.564,29
Outros credores		0,00		0,00
		0,00		0,00
Total	0,00	223.148,65		180.235,87

O montante de 27.347,98 €, resulta do reconhecimento do Subsídio de Férias a pagar aos funcionários e os respectivos encargos para a Segurança Social, referentes a 2017.

O montante de 2.902,60 € referente à EDP, Comercial S.A., representa a estimativa referente ao gasto proporcional de electricidade do período compreendido entre 06/12/2017 e 31/12/2017 assim como os 421,00 € da Aquaervas, SA, são a estimativa do consumo de água no mês de Dezembro de 2017.

A Rúbrica Passivo por Impostos Diferidos resulta do descrito no ponto 17.8 deste Anexo.

17.12 Outros Passivos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2017, não apresenta qualquer valor.

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2017, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2016	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos	332.161,90	363.838,03
C.D.S.S.S. de Portalegre	325.755,83	328.217,29
I.E.F.P.	6.406,07	3.555,88
Subsídios de outras entidades	0,00	17.793,00
Doações e heranças	7.964,10	14.271,86
Legados	0,00	0,00
Total	340.126,00	363.838,03

Os Subsídios de Outras Entidades dizem respeito à U.F.T.V.B. (União de Freguesias Terrugem e Vila Boim) no valor de 7.793,00 € e Município de Elvas no valor de 10.000,00